

Brasil pode... 21 MAI 1986

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

de US\$ 500 milhões, e um empréstimo agrícola de outros US\$ 450 milhões.

Os Estados Unidos, que detêm 20% do capital do BIRD, têm um enorme peso nas decisões do seu "board". O governo brasileiro sabe que, se houver uma solução para a disputa no Clube de Paris, haverá também uma disposição mais favorável para exame dos créditos ao Brasil no BIRD. "Se para receber US\$ 1 bilhão for preciso pagar US\$ 650 milhões pode ser um bom negócio", sugere uma fonte brasileira.

O fato é que as pressões norte-americanas, no caso do Clube de Paris, se somam às que têm permeado a discussão do contencioso comercial, inclusive o problema da informática. Esta ofensiva norte-americana, tal como tem sido interpretada pelo governo brasileiro, tem-se desdobrado em várias direções interligadas.

O Brasil tem muito interesse em manter o fluxo de recursos do BIRD, até porque eles têm sido, nos últimos anos, a única fonte expressiva de "dinheiro novo" para o País. Existe um interesse ainda maior, no entanto, em marcar uma mudança qualitativa na discussão da dívida externa.

PRESIDÊNCIA

O presidente José Sarney está empenhado nisto. Vencido o desafio principal da reforma monetária, o presidente quer conseguir, agora, um êxito equivalente na área externa. Assim como o Brasil fez seu ajuste

te sem passar pelo FMI, quer um acordo mais amplo e vantajoso com os bancos sem seguir as regras aplicadas, até agora, a outros credores.

Nos Estados Unidos, ainda de acordo com a ótica de Brasília, parece haver uma razoável disposição e flexibilidade para avançar nessa direção no Federal Reserve, o banco central. Alguns grandes bancos norte-americanos também já emitiram sinais de que estão abertos a conversas, antes mesmo da assinatura do acordo provisório que vence em março do próximo ano. No Departamento do Tesouro e, especialmente, no Departamento de Estado, contudo, as posições têm sido mais inflexíveis e o problema da dívida tem sido tratado como parte do contencioso que inclui as disputas comerciais.

SOLUÇÕES

Existe, é claro, um espaço aberto para soluções conciliatórias, apesar da distância entre as posições. Os riscos de intransigências de ambos os lados são grandes. Se ela existir do lado brasileiro, poderá acabar complicando a situação numa área, a externa, em que as coisas têm caminhado de forma muito positiva. Se ocorrer do lado norte-americano, poderá acabar gerando represálias, especialmente a partir de iniciativas do Congresso brasileiro, no qual as pressões por uma solução duradoura e unilateral para a dívida têm crescido. Isto, aliás, já foi dito por importantes funcionários do governo brasileiro a importantes funcionários do governo norte-americano.

Brasil pode pagar juros em atraso

por Celso Pinto
de São Paulo

O impasse na negociação entre o Brasil e o Clube de Paris parece caminhar para uma solução.

Os países credores reunidos no Clube insistiam em que o Brasil pagasse os cerca de US\$ 655 milhões em juros atrasados e firmasse um acordo formal com o FMI, como condições para que se discutisse um novo acordo para os créditos oficiais. O Brasil insistia num acordo sem o FMI, que implicasse o refinanciamento dos juros atrasados.

Os dois funcionários brasileiros que estiveram no Clube de Paris na semana passada, Alvaro Alencar, do Ministério da Fazenda, e Antônio de Pádua Seixas, do Banco Central (BC), levaram, pelo que apurou este jornal, uma proposta mais flexível. Uma fonte do governo brasileiro e uma fonte ligada a um importante país credor confirmaram que o Brasil já admite pagar parte dos juros atrasados.

O Clube de Paris, por sua vez, insiste na liquidação integral dos juros atrasados e não parece disposto a quebrar a rigidez de suas regras, assinando acordos de refinanciamento a um país que não se submeteu à vigilância formal do FMI. No entanto, como disseram as fontes, se o Brasil pagar os juros, parece haver uma disposição dos países credores de aceitar uma situação "de fato" de não pagamento do principal.

O acordo formal com o Clube ficaria adiado até o momento em que o Brasil discutisse um acordo multilateral com os bancos credores, o que deverá acontecer até março de 1987, quando vence o acordo provisório, ainda não assinado.

É possível que o Brasil aceite pagar os juros atrasados em troca de paz no "front" do Clube de Paris. Existe uma enorme pressão, especialmente norte-americana, para que o País acerte suas contas atrasadas. O argumento central dos Estados Unidos tem sido o de que, se o Brasil está

conseguindo, de fato, ajustar sua economia sem o apoio do FMI e tem exibido excelentes resultados nas contas externas, então também deve ser capaz de pagar juros atrasados, dando aos créditos oficiais o mesmo tratamento que tem dado aos empréstimos bancários.

O Brasil havia firmado acordos com o Clube de Paris, em 1983 e 1984, para rolagem do principal e juros. Desde o início de 1985, contudo, não há acordo nem pagamentos. No ano passado, os atrasados somaram mais de US\$ 2 bilhões, sendo US\$ 655 milhões em juros e o restante em principal.

Neste ano vencem outros US\$ 400 milhões de juros e cerca de US\$ 1,1 bilhão do principal.

Apenas ao Eximbank norte-americano o atraso chega a US\$ 209 milhões, de acordo com dados oficiais do banco fornecidos ao correspondente Paulo Sotero, em Washington. Apesar dos atrasos desde o início de 1985, o Eximbank continuou a aprovar operações com o Brasil, numa atitude mais flexível do que a da maioria dos outros países credores, que simplesmente não mais emprestaram ao País. Se o impasse no Clube de Paris não se resolver, contudo, é certo que não haverá novas operações norte-americanas.

O que mais preocupa o governo brasileiro, no entanto, é outro ponto. O Brasil está encerrando mais um ano fiscal no Banco Mundial (BIRD), em 30 de junho próximo, e só foram aprovados, até agora, cerca de US\$ 500 milhões em novos projetos. Para atingir a meta de fechar o ano fiscal com pelo menos US\$ 1,5 bilhão, é preciso que a direção do BIRD aprove, no próximo mês, vários importantes projetos, inclusive um co-financiamento, com participação de bancos privados, para o setor elétrico, de cerca

(Continua na página 14)